
Carlos Abrão: Aquecimento da economia depende de redução de tributos

Ao romper o seu ciclo de crescimento, a economia global irradiou uma séria dúvida no espírito do investidor, tanto pessoa física e também jurídica, de prever o futuro das bolsas e os intermináveis problemas de quedas sistêmicas seguidas.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que paradoxalmente à crise europeia e norte-americana, as bolsas daqueles países não estão impregnadas de pessimismo ou de baixas e, portanto, o caso brasileiro é específico, provocado pelos custos, pela ação governamental e, acima de tudo, um conjunto de equívocos empresariais praticados em detrimento da governança corporativa.

Ninguém acredita que a situação elimine o risco natural, mas, hoje em dia, qualquer investimento, aplicação ou mesmo a rentabilidade se descola da taxa de inflação e da elevação generalizada dos custos.

Em termos gerais, as aberturas de capital foram cessadas, o desinteresse do acionista é evidente e os fundos não tem como proteger seus aplicadores, mormente em atenção à questão da rentabilidade e de empresas que se divorciam de bons ganhos.

Difícil igualmente continuar operando quando a empresa está na bolsa e em situação de recuperação judicial, pois que seu papel desvaloriza e as expectativas de ganhos caem vertiginosamente.

Ao lado da redução dos negócios, de empresas em dificuldade, da baixa de juros, assistimos a um outro ponto fundamental, hospedado na diminuição dos dividendos distribuídos e dos juros sobre capital próprio.

Hoje em dia as perdas se avolumam e as tendências mudam rapidamente, a partir de prognósticos de agências de *rating*, que examinam e avaliam os resultados.

Dentro dessa perspectiva, qual seria o caminho natural para o minoritário ou investidor, diante de invisíveis passagens pela macroeconomia e os acenos de empresas negociadas no ponto central do controle?

Verdadeiramente, a rentabilidade de todo e qualquer investimento se coloca em dúvida, na medida em que temos uma inflação real acima de 10% ao ano e os ganhos não chegam sequer à metade, mas, para melhorar tudo isso, é preciso uma macrorreforma do sistema, relativa ao mercado de capitais.

Os ganhos das corretoras necessitam ser revistos, a tributação e a incidência de impostos em cadeia, o que desestimula e faz com que poucas empresas concentrem todas as operações.

Embora tenhamos mais de 50 empresas no mercado, no exterior, o índice chega a 500 ou 600 empresas que negociam, assim vivemos um sonho de, no máximo, 10 empresas com bons volumes de negócio, mas a volatilidade e o estrangulamento provocados pelo estado, notadamente nas estatais, provoca uma fuga do investidor e, mais do que isso, prejuízos acelerados.

A dinâmica dos 70 mil pontos deu espaço ao desanimo dos 55 mil pontos e, daí por diante, qualquer observação ou análise se fundamenta nas ferramentas que a bolsa, o mercado e o governo queiram partilhar.

De uma forma geral, o sucesso de IPOs anos atrás agora amarga perdas incomensuráveis, em vários segmentos, desde a construção civil, energia, siderurgia, educação, transporte bancário, e tantos outros.

Há espaço para mais empresas, mas tudo depende da credibilidade, da confiança e de informações seguras, cujo papel da CVM é essencial para dispersar especuladores de plantão.

A seguir a toada atual, não haverá recuperação das bolsas mundiais em curto espaço de tempo, e a mais combatida de todas é a brasileira, cujo desempenho, ultimamente, coloca em relevo a atmosfera que tomou conta dos pregões, dos negócios e da atração de novos investimentos.

O aquecimento da economia, do crescimento e do desenvolvimento passa, inexoravelmente, pela melhora das operações em bolsa e, para tanto, o futuro depende de motivações e ações, cujos objetivos sejam de reduzir os custos, a tributação e ampliar o mercado concorrencial entre os players desse movimento importante para a estabilidade do País.

Date Created

02/04/2013